



ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPEMIRIM

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, na sala de vídeoconferência [meet.google.com/ gib-owxb-dwf](https://meet.google.com/gib-owxb-dwf), com a presença de Ana Caroline Morati Teixeira, Uniaves; Ana Claudia Hebling Meira, UFES; Ana Eloisa Sorrilha, SAVAC; Augusta Rosa Gonçalves, ICMBio; Bruno de Lima Preto, IFES; Carina Prado da Silva, PMCI; Felipe Dutra Brandão, AGERH; Filipe Barbosa Martins, IDAF; José Arnaldo Alencar, Messes; Luciano Padella, PMM; Paulo Henrique Moulin Breda, BRK Ambiental; Sabrina Silva Zandonade, Consórcio Público Rio Guandu; Vinicius Rocha Leite, Gota Verde; Renata Filgueira Carvalho, Usina Paineiras; Mateus Mota, PMVNI; Wesley Mendes, Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; Liezer Fim, Cesan; Tiago Rohr, AGERH; Eduardo Loyola, AGERH; Bruno Scheppa, IEMA; Catarina Pereira, Cesan; Marina Carneiro Matos Sillmann, Cesan; Debora Alves Andrade Amancio, Cesan; Lorena Fávero Uliana, Cesan; Antonio da Silva Ferreira, Cesan; Karina Luna Moura, Cesan; Chander, AGERH; Adriana Dias Paes Ristori Cotta, MPES. Teve início à reunião com a palavra de Carina, agradecendo a presença de todos em seguida, Ana Eloisa conferiu. Carina pede a Ana Eloisa para compartilhar o Ofício do CERH, e diz que o ofício retrata sobre indeferimento da outorga de lançamento da ETE Venda Nova, no rio São João de Viçosa. Na semana passada ouvimos a CESAN que explicou todo o funcionamento da ETE, o volume do efluente que vai ser lançado, os planos futuros para poder atender o enquadramento do rio São João de Viçosa, e ouvimos também a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Venda Nova do Imigrante, que falou um pouco sobre o Plano Municipal de Saneamento, as metas do plano e para que os membros do Comitê tenham condições de fazer uma manifestação, para atender esse ofício do CERH, pedimos também ao IEMA e a AGERH para se manifestarem, para que possamos entender os argumentos da AGERH quanto ao indeferimento da outorga e como anda o licenciamento da ETE Venda Nova no IEMA. Carina passa a palavra para o Eduardo que cumprimenta a todos e agradece a oportunidade de estar na reunião do Comitê e poder esclarecer um pouco sobre a situação de Venda Nova do Imigrante, sobre a ETE e os lançamentos, o porquê do indeferimento, e quem vai fazer a apresentação é o Tiago Rohr coordenador do setor de usos múltiplos que está conduzindo esse processo e vai mostrar o cenário, a disponibilidade hídrica, e também esclarecer o motivo do processo ter sido remetido ao CERH. Todo o histórico de tramitação desse processo da ETE de Venda Nova está registrado. Eduardo passa a palavra para o Tiago que compartilha a apresentação trazendo o histórico a CESAN iniciando com o protocolo para requerimento de outorga de efluentes por meio do ofício nº M-GMA/001/560/2014 resultando na abertura do processo nº 67714374 e constava a solicitação da vazão média na fase de lançamento de 34 L/s e DBO para lançamento de 40mg/L. Após análise, indeferiu por indisponibilidade hídrica, e a CESAN entrou com uma nova solicitação em setembro de 2018, novamente a equipe técnica analisou e indeferiu por indisponibilidade hídrica. A CESAN entrou com um pedido de reconsideração em novembro de 2018 e após nova análise, comunicou o indeferimento por questão de indisponibilidade hídrica por conta de três interferências da própria empresa, no mesmo trecho que fez com que o sistema acusasse as três

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim

E-mail: cbhrioitapemirim@gmail.com

Instagram: @cbhrioitapemirim

ETEs e que em conjunto não há disponibilidade hídrica. Então a CESAN entrou com pedido de nova reconsideração por meio do ofício nº E-GMA/012/117/2019 protocolado em 03/10/2019 na AGERH com novos valores e conforme a legislação orienta, a CESAN já havia ingressado com 2 manifestações junto a AGERH sendo respondidos conforme a resolução do CERH nº 005/2005. A terceira solicitação deveria ser direcionada diretamente ao CERH na forma do inciso 3 do artigo 15 da resolução CERH nº 005/2005 no formato de recursos conforme orientado no ofício de indeferimento da AGERH. A CESAN optou por realizar nova solicitação junto a AGERH, diante dos fatos apresentados a equipe técnica optou pelo não reconhecimento do pedido de reconsideração por não estar amparado na legislação em vigor. Eduardo agradece ao Tiago pelas colocações e fala o que poderia ser feito no âmbito da AGERH no ponto de vista de análise foram feitos, e não tínhamos mais atribuição para julgar o mérito. Paulo Breda fala que na reunião da semana passada tivemos a apresentação da CESAN e da prefeitura, e a minha pergunta é com a desativação das duas estações, a vazão vai ser transferida para a estação maior e que está no projeto, assim mesmo a outorga pode ser deferida ou não. Eduardo responde que a outorga pode ser deferida desde que ela esteja dentro dos limites outorgados que hoje é de 50% da vazão de referência. Se dentro dessa nova vazão pleiteada de 27l por segundo com a DBO de 40, e se já estiver considerando as duas estações existentes aí sim, porque essa estação de 27 L por segundo com 40 de DBO, é possível. Bruno Scheppa fala complementando a fala do Eduardo, precisa estar verificando se a vazão máxima do projeto da estação tem capacidade para receber, os efluentes das duas estações, a possibilidade da construção de duas elevatórias e bombear para a ETE principal ficando apenas com um ponto de lançamento. O município está crescendo, será necessário novas ligações e a capacidade para tratar vai atender a eficiência. Antônio cumprimenta a todos e diz que a questão da outorga como foi colocou na reunião da semana passada, é um horizonte de 12 anos, justamente o período da validade dela e hoje a vazão média está em torno de 20l por segundo, e pensando no horizonte de 4 anos essa vazão não passa dos 25L, mesmo vindo com as duas ETES, São João e Bicuiba. O projeto para desativação da ETE de São João de Viçosa, já está na fase de orçamento, vinculado ao plano municipal de saneamento básico e agora é trazer esses dados para Câmara técnica e tentar trabalhar para a liberação da Anuência pelo Comitê. Eduardo pede a palavra e pergunta ao Antônio se o cronograma para a Cesan fazer essa reversão nas ETES é no horizonte de cinco anos e Antônio responde que no momento não está com o cronograma, mas que a ETE de São João de Viçosa já está na fase de orçamento, o plano de investimento da empresa atende as metas do plano municipal saneamento básico que bate mais ou menos na meta de 2 a 4 anos. Na outorga tem previsão de 90% de eficiência, mas para esta ETE tem previsão de para 95% de eficiência por conta do próprio Enquadramento da bacia, e a partir do momento que o comitê se vincula esse processo a Cesan passa a ter que ir. além da AGERH, do IEMA ou até da secretária municipal de meio ambiente, e passa a ter que reportar ao comitê de bacia com está o nosso plano de desmobilização das ETES menores. Eduardo fala que se o comitê entender que deve haver ali uma flexibilização no padrão do corpo receptor um modo de viabilizar nessa deliberação e no documento que for sair, considerando a existência dessas duas ETES e que elas estão lançando efluentes, e também o cronograma de obras e como sugestão pode estar sendo firmado com base na Resolução Nº 02 de 2019 do CERH um termo

de compromisso entre comitê, AGERH e concessionária de saneamento, com prazo de validade de quatro (04) anos. Felipe Dutra pede a palavra e diz querer saber do comitê qual a intenção para deliberar, na semana passada ouvimos a CESAN, hoje ouvindo os meus colegas da AGERH e o IEMA, e a deliberação será na próxima reunião ou já delibera hoje, que tem algumas considerações a serem feitas. Carina responde que instituímos uma Câmara Técnica justamente para analisar melhor, nós estamos ouvindo, e câmara técnica vai analisar melhor, vai fazer um parecer para que possamos ter condições de deliberar. Felipe diz que algumas considerações são importantes elencar nesse momento de decisão e vi que tem algumas perguntas no chat da Sabrina e do Mateus sobre os valores, só quero reforçar o que o Eduardo e o Tiago falaram, pois na semana passada eles não estavam presentes, mas que o meu posicionamento quanto AGERH foi similar ao deles, foi falar que o motivo da AGERH não ter deferido as outorgas foi porque nos termos definidos, nos regulamentos vigentes não seria possível, e baseando com a análise da CESAN é exatamente isso, se a ETE Venda Nova estivesse isolada naquele contexto, poderia ser deferida, mas havia outros dois orçamentos que a impossibilitava. A Câmara Técnica vai reunir esses dois lados da história, a da CESAN que está requerendo a Outorga e o que está sendo posto pela AGERH. O que foi colocado para o comitê é se nesse momento e a flexibilização ou não do critério de outorga, porque a legislação é muito clara quanto ao critério, e o comitê tem que discutir na câmara técnica e depois no plenário para deliberar é se vai flexibilizar ou não o critério. Sabrina pergunta para os técnicos da AGERH, quanto as vazões outorgadas, tanto pra ETE de Bicuíba quanto para ETE de São João, e para a CESAN, eu gostaria de saber qual é o percentual de cobertura, tanto para São João de Viçosa, quanto para Bicuíba. Sabrina pergunta para os técnicos da AGERH, quanto as vazões outorgadas, tanto pra ETE de Bicuíba quanto para ETE de São João, e para a CESAN, eu gostaria de saber qual é o percentual de cobertura, tanto para São João de Viçosa, quanto para Bicuíba. Sabemos que essas ETEs são bastantes antigas e pelo tempo que estão lá e até pela capacidade de absorção, nem todos os domicílios estejam ligados. Bicuíba é uma região que cresceu muito então eu queria até saber qual o percentual de cobertura e se vocês também já têm esses dados de qual é a demanda da região. Eduardo responde que no parecer do processo, uma tem o comprometimento da ordem de 36% e a segunda que está mais a jusante é da ordem de 11%. Sabrina pergunta ao Eduardo se poderia informar esse comprometimento de 36%, qual corresponde a vazão outorgada, para conseguir avaliar a questão da vazão que a CESAN está solicitando. Eduardo responde que a que compromete 36% está comprometendo 225L/s de uma vazão de referência de 613L/s, a que compromete 11% mais a jusante está comprometendo 72L/s de uma vazão de referência de 634L/s, e para fechar, a da sede, que está em discussão aqui ela compromete 222L/s de uma vazão de referência que é da ordem de 478L/s. Sabrina fala que então a vazão de lançamento hoje praticada na ETE Sede é de 20L, e pergunta qual é a vazão de lançamento na outorga, qual que é a vazão autorizada na outorga. Eduardo responde que hoje não tem nada autorizado porque os processos foram indeferíveis, e vazão requerida para a Sede é 27L. Sabrina pergunta se as ETEs de São João e Bicuíba nunca tiveram outorga e Eduardo responde que a princípio todas não, a ETE de São João está deferida, e as outras não, não tem vazão autorizada, tem a vazão pleiteada, justamente por causa desse comprometimento que extrapola o 50% do valor de referência, porque essa ETE é mais antiga, e quando foram analisadas em conjunto, foi verificado que eles iriam extrapolar os limites outorgáveis, e foram indeferidos. Sabrina agradece as explicações. Antonio responde ao questionamento da Sabrina

que quanto a questão da cobertura exata de São João de Viçosa e Bicuíba, não tenho tem os dados no momento, mas irá buscar as informações quanto a adesão, e depois encaminhar para os membros do comitê. Para se basear na vazão atual e dentro desse processo de agregação, provavelmente teremos que fazer a ampliação das redes, não só a elevatória, o emissário, mas tem todo outro processo a ser feito em relação a esse objetivo de chegar a 100% de área coberta naquela região, e na sede como um todo. Sabrina fala que então estão considerando, a desativação dessas duas ETEs e levando para a ETE principal, subiria uma vazão de 4L levando em considerando que cada uma tem uma vazão de 2L/s e essa vazão contempla toda a expansão, todo o crescimento desses dois bairros, pois essas duas ETEs são muito antigas. Paulo pede a palavra e diz que a decisão do Comitê será em conjunto com o MPES que já vem atuando para uma solução desde 2017. Carina pede ao representante do IEMA para dar algumas considerações. Bruno Scheppa fala que em 2014 a Cesan protocolou um requerimento para Licença de Regularização com base no Decreto Nº 3212-R de 2013 para a ETE de Venda Nova e que se encontra em aberto até hoje devido a portaria de Outorga. Paulo pergunta ao Bruno quanto tempo de funcionamento a ETE de Venda Nova e se tem outras licenças. Bruno responde que esta estação começou a operar em 2008. A primeira licença foi a Licença Prévia em 1999, posteriormente em 2002 foi emitido a Licença de Instalação, mas como a Cesan não conclui as obras, em 2008 foi protocolado o pedido de renovação dessa Licença. Após a vistoria dos técnicos do IEMA, constatou se que a ETE Venda Nova já estava em operação e não foi pedido a Licença de Operação, com isso a Licença de Instalação não foi renovada. Foi assinado um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) Nº 48/2008 por ter iniciado a operação sem a devida Licença de Operação e não ter atendido algumas condicionantes da Licença de Instalação e tendo como objetivo a regularização. Augusta cumprimenta a todos e diz que essa situação vem passando de sucessivos erros sem uma solução eficaz e prejudicando a todos. No grupo de trabalho da CT Assuntos legais é necessário caminhar para uma solução mais efetiva e não adianta a empresa se comprometer com várias ações e depois não conseguir cumprir. Tem que haver compromissos que possam garantir a melhora do recurso hídrico, visando um bem comum. Saneamento básico é saúde, será necessário o alinhamento de todos os envolvidos para que o município de Venda Nova do imigrante possa ter qualidade de vida. Wesley fala que compartilha da fala da Augusta, é necessária uma solução definitiva, a empresa está sofrendo com uma insegurança jurídica, o corpo hídrico sofre uma insegurança ambiental e o município de venda Nova do imigrante, que ao longo dos anos vem expandindo a área urbana, precisa ter segurança tanto quanto no atendimento do saneamento quanto no fornecimento de água tratada. Luciano fala da importância de adequar os projetos para que se possa trabalhar e resolver o problema e de outro lado um corpo hídrico que não comporta os efluentes. Será necessário adequação de tecnologias para que se possa atender os critérios de outorga. Dr^a Adriana fala que tem conhecimento dos laudos apresentados pela AGERH, e fala que o rio São João de Viçosa não tem água e a cidade vem crescendo absurdamente. A Cesan precisa nos informar se é possível aliar novas tecnologias e se consegue conciliar as três ETEs, pois não adianta exigir da Cesan algo que ela não irá conseguir cumprir, até mesmo por inviabilidade técnica. Precisamos encontra uma viabilidade técnica e a empresa preciso da segurança jurídica mas os moradores da cidade também precisamos ter segurança e um meio ambiente saudável ter o nosso Rio limpo. Filipe fala da questão de novas tecnologias que é importantíssimo, pois na reunião passada Paulo já falou que Venda Nova do Imigrante sofreu em anos atrás com seca



atualmente não estamos sofrendo interferências das intempérie climática e a questão hídrica de Venda Nova do Imigrante encontra se está no limite é a única solução é a Cesan investir em novas tecnologias pois a quantidade de loteamento, mesmo sendo caro, a quantidade de efluentes só vai aumentando. Mateus fala que os valores que foram apresentados pela AGERH, se comparadas as redes de Bicuiba e de São João, elas estão com as eficiências bem aquém do que seria o ideal, tornando as vazões de diluição comprometidas e bastante desproporcionais em relação. Com a desativação dessas duas ETES, como está previsto e levar esse efluente para ETE principal considerando que a eficiência da rede principal seja mantida é possível que seja entendido os critérios para emissão da outorga. Seria necessário para o entendimento de todos a elaboração de um documento com estudo sobre essa eficiência, para que possamos tomar uma decisão. Antônio fala que as E|TEs de Bicuiba e São João de Viçosa são fossa filtro, muita antigas e a Cesan sabe da responsabilidade para solucionar o problema. Paulo fala que o ofício do CERH que chegou com essa demanda para emitir uma Anuência e deliberar é o primeiro no Estado, por isso todas as instituições envolvidas foram chamadas para serem ouvidas pelo Comitê e a Câmara Técnica vai elaborar o relatório e aprovado pelo Plenário e enviado ao CERH. Carina fala que precisamos aprofundar nesse tema e reforçar a importância do nosso bem comum que é o recurso hídrico que vai dar qualidade de vida e bem-estar para a população. Ana Eloisa informa que foi instituída uma Câmara Técnica na reunião passada e convida um representante da AGERH e Eduardo Loyola confirma sua participação. Ana Eloisa convida o representante do IEMA, Bruno Scheppa para participar da Câmara Técnica e ele aceita e a participação da Dra Adriana, representando o Ministério Público. Sem mais assuntos para tratar a reunião foi encerrada, e eu Ana Eloísa Sorrilha lavrei esta Ata e assino com os demais pela lista de presença.